

IBERSOL – S.G.P.S., S.A.

Sociedade Aberta

Sede: Edifício Península, Praça do Bom Sucesso, n.º 105 a 159 – 9.º andar, 4150 – 146 Porto

Capital Social : 20.000.000 €

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número único de matrícula
e de identificação fiscal 501669477

Relatório e Contas Individuais

Exercício de 2015

(Proposta ponto 1 da Assembleia Geral)

RELATÓRIO DE GESTÃO

Senhores Accionistas,

No cumprimento das obrigações legais e estatutárias, apresentamos a V. Exas o Relatório de Gestão e as Contas da IBERSOL - S.G.P.S., S.A. relativas ao exercício de 2015.

1- ENVOLVENTE ECONÓMICA

Projeções recentes do Banco de Portugal estimam que a economia portuguesa tenha crescido 1,5% em 2015 e cresça 1,7% e 1,8% em 2016 e 2017, respectivamente.

Em 2015 as exportações mantiveram-se em bom plano, com um crescimento de 5,2%, apesar da acentuada queda das exportações para Angola, demonstrando a capacidade de diversificação e de conquista de quota de mercado por parte dos agentes económicos.

Em sentido inverso, o aumento das importações (7,2%), reflectindo a retoma da procura interna e o aumento da componente importada das exportações, contribuiu negativamente para o crescimento do PIB.

O investimento desacelerou ao longo do ano (crescimento de 3,7%, inferior ao verificado em 2014). De registar o contributo favorável do investimento em construção e o recuo do investimento em máquinas e equipamentos.

Situando-se ainda 12% abaixo dos níveis registados antes da crise, a procura interna continuou em 2015 a recuperar da retracção vivida nos anos de intervenção externa, com destaque para a expansão do consumo das famílias (2,6%), reflexo do aumento do rendimento disponível, do clima de maior confiança e da evolução positiva do mercado de trabalho.

A taxa média de desemprego deve situar-se em 12,6%, perspectivando-se que a trajectória de melhoria se mantenha em 2016, ainda que de forma mais moderada (12,2%).

A inflação média anual registou um valor positivo mas ainda muito baixo (0,5%), parcialmente explicado pela queda significativa do preço do petróleo nos mercados internacionais e reflectindo a evolução da componente não energética no cabaz do IPC, perspectivando-se para 2016 a manutenção da tendência de ligeira subida (0,8%).

Os principais factores de risco de curto prazo para um crescimento sustentado da economia portuguesa sem desequilíbrios nas contas externas, são o aumento do preço do petróleo, a redução da procura externa, a incapacidade de substituição de importações pela oferta doméstica e o aumento dos custos de financiamento externo.

2 – ACTIVIDADE

A evolução da actividade da Ibersol SGPS está associada ao desenvolvimento estratégico das suas participadas, cujo volume de negócios teve um crescimento de 14 %.

A Ibersol SGPS centrou a sua actividade na prestação de serviços técnicos de administração e gestão às empresas do Grupo, com especial enfoque na coordenação e gestão dos meios de financiamento aos negócios.

O planeamento financeiro, a adequação dos recursos financeiros das participadas, a gestão dos custos financeiros do Grupo e o apoio na gestão rigorosa da tesouraria constituíram outro vector importante da nossa actividade.

3 - SITUAÇÃO ECONÓMICO – FINANCEIRA

Os factos mais importantes ocorridos no período, no que concerne aos resultados e às alterações verificadas na estrutura patrimonial da empresa são os seguintes:

3.1 Resultados

O resultado operacional de funcionamento ascendeu a 131 mil euros, cerca de 28 mil euros inferior ao verificado em 2014, sendo que:

a) os proveitos inerentes à prestação de serviços à participada - Ibersol Restauração, S.A.- que faz a gestão dos serviços partilhados pelas diferentes Marcas exploradas pelo Grupo - foram de montante igual ao dos últimos anos;

b) os custos operacionais aumentaram e ascenderam a 468 mil euros, valor superior ao registado no ano anterior em 28 mil euros.

Após imputação dos ganhos de subsidiárias, o resultado operacional ascende a 11,4 milhões de euros, que reflecte um aumento de 48% face ao verificado em 2014.

Os ganhos financeiros provenientes da remuneração dos suprimentos prestados diminuíram em cerca de 56 mil euros em consequência da redução do montante de suprimentos às participadas durante quase todo o exercício e da descida das taxas de juro de referência dos empréstimos concedidos. A sociedade tem vindo progressivamente a centralizar os custos de comissões associados a contratos “grupados” de Programa de Papel Comercial de médio e longo prazo e a garantias a financiamentos prestados às suas participadas. Os gastos das comissões centralizadas aumentaram cerca de 75 mil euros.

O IRC corrente estimado é de 24 mil euros. Da aplicação do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS) resulta numa estimativa para IRC de 763 mil euros.

O resultado líquido situou-se em 10,58 milhões de euros, mais 36% que o registado em 2013.

3.2 Situação Patrimonial

Em 31 de Dezembro de 2015, o activo ascendia a 238,0 milhões de euros, verificando-se um aumento no exercício de 8 milhões de euros, cujo principal contributo advém da variação na valoração das participações financeiras por aplicação do MEP.

A dívida da participada Ibersol Restauração existente no final de 2014 no montante de 143 milhões de euros foi regularizada no exercício. Para o efeito a sociedade financiou a Ibersol Restauração através de suprimentos e prestações acessórias.

Em 31 de Dezembro de 2015, a sociedade tem apenas 35 mil euros de dívida bancária.

Em 31 de Dezembro de 2015, o Capital Próprio situa-se nos 161,5 milhões de euros, correspondente a um aumento de 8,5 milhões de euros e que traduz a forte solidez financeira da sociedade.

Acresce, ainda, que a sociedade no exercício recebeu dividendos das suas participadas no montante de 432 milhares de euros e distribuiu aos seus accionistas cerca de 1 milhão de euros.

4- RISCOS E INCERTEZAS

A gestão do risco, sendo uma das componentes da cultura do Grupo, é transversal à Organização, está presente em todos os processos e é da responsabilidade de todos os gestores e colaboradores nos diferentes níveis organizacionais.

A gestão de risco é desenvolvida tendo como objectivo a criação de valor, através da gestão e controlo das incertezas e ameaças que podem afectar as empresas do Grupo, numa perspectiva de continuidade das operações, tendo em vista o aproveitamento das oportunidades de negócio.

No âmbito do planeamento estratégico são identificados e avaliados os riscos do *portfolio* dos negócios existentes, bem como do desenvolvimento de novos negócios e dos projectos mais relevantes e definidas as estratégias de gestão desses riscos.

No plano operacional, são identificados e avaliados os riscos de gestão dos objectivos de cada negócio e planeadas acções de gestão desses riscos, que são incluídas e monitorizadas no âmbito dos planos dos negócios e das unidades funcionais.

De forma a garantir a conformidade dos procedimentos estabelecidos é efectuada regularmente a avaliação dos principais sistemas de controlo interno do grupo.

O controlo interno e o acompanhamento dos sistemas de controlo interno são conduzidos pela Comissão Executiva. Por especificidades do Negócio existem áreas de risco que destacamos:

- Qualidade, higiene alimentar e segurança no trabalho
- Diversificação de mercados
- Financeira
- Ambiental

Por outro lado, operando no ramo alimentar, eventuais epidemias ou distorções nos mercados das matérias-primas bem como eventuais alterações do padrão de consumo podem acarretar importantes impactos nas demonstrações financeiras.

Os riscos financeiros não têm expressão ao nível das contas da sociedade, em virtude do reduzido passivo da sociedade e dos activos em moeda estrangeira serem insignificantes.

O risco cambial aumentou significativamente durante o último exercício, porquanto as subsidiárias localizadas em Angola viram limitado o acesso a divisas, do que resultou um alargamento dos seus prazos de pagamento, o que aumentou a sua exposição aos efeitos da desvalorização.

5 - GOVERNO DAS SOCIEDADES

As práticas sobre o Governo da Sociedade elaborado, em cumprimento do disposto no artº 245º - A do Código dos Valores Mobiliários e em aplicação do Regulamento da CMVM nº 4/2013, são incluídas no Relatório sobre o Governo das Sociedades que acompanha o relatório consolidado.

6 - ACÇÕES PRÓPRIAS

Durante o exercício a sociedade não efectuou transacções de acções próprias.

Em 31 de Dezembro de 2015, a sociedade detinha 2.000.000 acções (10% do capital), com valor nominal de 1€ cada, por um valor global de aquisição de 11.179.643 euros.

7 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Até à data de aprovação deste relatório não ocorreram factos significativos que mereçam destaque, para além de se haver negociado a extensão do contrato de franquia da Pans até 2021 e se ter concluído com a Ascendi o acordo de compensação dos efeitos resultantes da introdução de portagens nas ex-SCUTS que se traduzirá numa contrapartida financeira anual ligada à evolução do tráfego e consequentemente a subsidiária Iberusa desistiu da acção que tinha intentado contra o Estado português.

8 - PERSPECTIVAS

Num contexto que dá sinais de recuperação do consumo, vamos continuar a apoiar a estratégia de crescimento muito selectivo das nossas participadas nos três mercados onde operámos.

9 - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Conforme consta das demonstrações financeiras os resultados líquidos do exercício foram de 10.582.729,00 euros.

Nos termos legais e estatutários propomos a seguinte aplicação dos resultados líquidos:

Reservas não distribuíveis	10.039.257,00 €
Reservas livres	543.472,00 €

Propomos ainda a distribuição de reservas no montante de 2.000.000 euros, o que corresponde a atribuir, a cada acção, um dividendo ilíquido de 0,10€. No caso da sociedade deter acções próprias manter-se-á a referida atribuição de 0,10€ a cada acção em circulação, reduzindo-se o montante global dos dividendos atribuídos.

10 - NOTAS FINAIS

O primeiro voto deste Conselho de Administração é dirigido a todos os colaboradores do Grupo, porquanto a dedicação e o entusiasmo que revelaram foi fundamental para a prossecução dos objectivos que identificamos.

Agradecemos ainda aos nosso Fornecedores de bens e serviços o apoio concedido e registamos, com apreço, a colaboração prestada pelos Bancos e outras Instituições Financeiras com quem o Grupo trabalhou ao longo do ano.

Ao Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas é devido também o reconhecimento pela colaboração assídua e capacidade de diálogo que manifestaram no acompanhamento e no exame da gestão da empresa.

Porto , 5 de Abril de 2016

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Alberto Guerra Leal Teixeira

António Carlos Vaz Pinto Sousa

Juan Carlos Vázquez-Dodero

Declaração de conformidade a que se refere a alínea c) do nº 1 do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários

Em cumprimento da alínea c) do nº1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários os titulares do órgão de administração declaram, na firme convicção, que tanto quanto é do seu conhecimento:

- (i) o relatório de gestão, as contas anuais e demais documentos de prestação de contas da Ibersol SGPS, SA, referentes ao exercício de 2015, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Ibersol SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação; e
- (ii) a informação constante no relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Ibersol SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

António Alberto Guerra Leal Teixeira

Presidente do Conselho de Administração

António Carlos Vaz Pinto Sousa

Vice-Presidente do Conselho de Administração

Juan Carlos Vázquez-Dodero

Vogal do Conselho de Administração

Ibersol – SGPS, SA

Demonstrações Financeiras Individuais

31 de Dezembro de 2015

Índice das demonstrações financeiras

Ibersol – SGPS, SA	1
Balanço	3
Demonstração de resultados	4
Demonstração da alteração dos capitais próprios	5
Demonstração da alteração dos capitais próprios	6
Demonstração de fluxos de caixa	7
Anexo às demonstrações financeiras	8
1 INTRODUÇÃO	8
2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	8
3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	9
4 FLUXOS DE CAIXA	14
5 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	15
6 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – MÉTODO EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	15
7 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – OUTROS MÉTODOS	18
8 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	18
9 OUTRAS CONTAS A RECEBER	19
10 DIFERIMENTOS	19
11 CAPITAL	19
12 ACCÇÕES PRÓPRIAS	20
13 RESERVAS	20
14 EMPRESAS DO GRUPO	20
15 FINANCIAMENTOS OBTIDOS	22
16 OUTRAS CONTAS A PAGAR	22
17 VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	23
18 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	23
19 GASTOS COM PESSOAL	23
20 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	23
21 OUTROS GASTOS E PERDAS	24
22 GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS	24
23 IMPOSTO DO EXERCÍCIO	24
24 CONTINGÊNCIAS	25
25 REMUNERAÇÕES ATRIBUÍDAS AOS ÓRGÃOS SOCIAIS	25
26 PARTES RELACIONADAS	26
27 RESULTADO POR ACCÇÃO	28
28 EVENTOS SUBSEQUENTES	29

Balanço

	Notas	SNC	
		2015	2014
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	3.2 e 5	-	-
Participações financeiras - método da equival.patrimonial	3.1 e 6	59.929.779	50.117.031
Participações financeiras - outros métodos	3.1 e 7	264.000	264.000
Empresas do grupo	14	173.564.279	31.203.279
Total de activos não correntes		233.758.057	81.584.310
Activo corrente			
Empresas do grupo	14	3.998.524	4.150.392
Outras contas a receber	9	16.023	143.024.955
Diferimentos	10	12.710	29.313
Caixa e depósitos bancários	3.5 e 4	39.338	90.877
Total de activos correntes		4.066.595	147.295.537
Total do Activo		237.824.652	228.879.847
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado	3.6 e 11	20.000.000	20.000.000
Acções (quotas) próprias	12	-11.179.643	-11.179.643
Prémios de emissão		469.937	469.937
Reservas legais	13	4.000.001	4.000.001
Outras reservas	13	95.153.166	95.460.775
Ajustamentos em activos financeiros	6	42.552.623	36.482.243
Excedentes de revalorização		12.110	12.110
Resultado líquido do período		10.582.729	7.757.420
Total do capital próprio		161.590.922	153.002.842
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	3.10 e 6	2.852.154	2.551.600
Diferimentos	9	71.819.663	71.819.663
Total de passivos não correntes		74.671.817	74.371.263
Passivo corrente			
Fornecedores		12.687	16.272
Estado e outros entes públicos	8	1.239.624	1.266.470
Empresas do grupo	14	173.941	159.151
Financiamentos obtidos	3.7 e 15	35.000	-
Outras contas a pagar	16	100.662	63.848
Total de passivos correntes		1.561.914	1.505.742
Total do passivo		76.233.730	75.877.005
Total do capital próprio e do passivo		237.824.652	228.879.847

Demonstração dos resultados

	Notas	SNC	
		2015	2014
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	3.12 e 17	600.000	600.000
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreed.conjuntos	6	11.316.163	7.586.717
Fornecimentos e serviços externos	18	-109.426	-93.297
Gastos com o pessoal	19	-329.343	-277.672
Provisões (aumentos/reduções)	6	-11.009	-12.920
Imparidade de activos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	6	-66.667	-66.667
Outros rendimentos e ganhos	3.11 e 20	16.484	572
Outros gastos e perdas	3.11 e 21	-58.487	-73.857
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		11.357.715	7.662.876
Imparidade de activos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		11.357.715	7.662.876
Juros e rendimentos similares obtidos	22	180.534	236.254
Juros e gastos similares suportados	22	-192.410	-112.297
Resultado antes de impostos		11.345.839	7.786.833
Imposto sobre o rendimento do período	3.8 e 23	-763.111	-29.413
Resultado líquido do período		10.582.729	7.757.420
Resultado por acção	27	0,59	0,43

Demonstração da alteração dos capitais próprios

	Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Ajustamentos em activos financeiros	Excedente de revalorização	Resultado líquido do período	Total
A 1 de Janeiro de 2014	20.000.000	-11.179.643	469.937	4.000.001	70.803.475	58.464.957	12.110	3.576.911	146.147.748
Alterações no período									
Alterações de políticas contabilísticas									0
Aplicação de resultados					1.880.848	1.696.063		-3.576.911	0
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis									0
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações									0
Alienação da participação na Asurebi					23.766.452	-23.766.452			0
Reservas de conversão - Angola						87.675			87.675
Outras alterações reconhecidas no capital próprio									0
	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>25.647.301</u>	<u>-21.982.714</u>	<u>0</u>	<u>-3.576.911</u>	<u>87.675</u>
Resultado líquido do período								<u>7.757.420</u>	<u>7.757.420</u>
Resultado integral								<u>7.757.420</u>	<u>7.845.095</u>
Operações com detentores de capital no período									
Realizações de Capital									0
Realizações de prémios de emissão									0
Distribuições					-990.000				-990.000
Entradas para cobertura de perdas									0
Outras operações									0
	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>-990.000</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>-990.000</u>
A 31 de Dezembro de 2014	<u>20.000.000</u>	<u>-11.179.643</u>	<u>469.937</u>	<u>4.000.001</u>	<u>95.460.775</u>	<u>36.482.243</u>	<u>12.110</u>	<u>7.757.420</u>	<u>153.002.843</u>

Demonstração da alteração dos capitais próprios

	Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Ajustamentos em activos financeiros	Excedente de revalorização	Resultado líquido do período	Total
A 1 de Janeiro de 2015	20.000.000	-11.179.643	469.937	4.000.001	95.460.775	36.482.243	12.110	7.757.419	153.002.842
Alterações no período									
Alterações de políticas contabilísticas									0
Aplicação de resultados					682.391	7.075.029		-7.757.420	0
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis									0
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações									0
Alienação da participação na Asurebi									0
Reservas de conversão - Angola						-919.070			-919.070
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						-85.579			-85.579
	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>682.391</u>	<u>6.070.380</u>	<u>0</u>	<u>-7.757.420</u>	<u>-1.004.649</u>
Resultado líquido do período								<u>10.582.729</u>	<u>10.582.729</u>
Resultado integral								<u>10.582.729</u>	<u>9.663.659</u>
Operações com detentores de capital no período									
Realizações de Capital									0
Realizações de prémios de emissão									0
Distribuições					-990.000				-990.000
Entradas para cobertura de perdas									0
Outras operações									0
	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>-990.000</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>-990.000</u>
A 31 de Dezembro de 2015	<u>20.000.000</u>	<u>-11.179.643</u>	<u>469.937</u>	<u>4.000.001</u>	<u>95.153.166</u>	<u>42.552.623</u>	<u>12.110</u>	<u>10.582.729</u>	<u>161.590.923</u>

Demonstração de fluxos de caixa

	Notas	31 de Dezembro	
		2015	2014
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes		600.000	600.000
Pagamentos a fornecedores		8.345	5.208
Pagamentos ao pessoal		192.070	220.665
Caixa gerada pelas operações		399.585	374.127
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		498.244	1.157.583
Outros recebimentos/pagamentos		-28.761	-157.305
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-127.420	-940.761
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Participações financeiras			1.168.372
Prestações acessórias			
Empréstimos a empresas do grupo		145.730.000	
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Participações financeiras		143.000.000	
Prestações acessórias			
Empréstimos a empresas do grupo		3.369.000	2.332.000
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		180.534	482.988
Dividendos	6	432.100	1.010.120
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		1.251.634	2.656.736
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			
Cobertura de prejuízos			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			494.245
Juros e gastos similares		220.753	172.636
Dividendos		990.000	990.000
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-1.210.753	-1.656.881
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-86.539	59.093
Caixa e seus equivalentes no início do período		90.877	31.784
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3.5 e 4	4.338	90.877

Anexo às demonstrações financeiras

1 Introdução

A Ibersol – SGPS, SA (adiante designada por Ibersol ou Empresa) com sede em Edifício Península – Praça do Bom Sucesso, 105/159 – 9º - 4150-146 Porto, foi constituída em 30 de Dezembro de 1985 com o objecto de exercício da actividade gestora de participações sociais não financeiras.

A Ibersol é detida em 54,91% pela ATPS – SGPS, S.A., com sede em Edifício Península – Praça do Bom Sucesso, 105/159 – 9º - 4150-146 Porto.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 05 de Abril de 2016. É da opinião o Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da Ibersol, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de Preparação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as disposições do SNC, emitidas e em vigor à data de 31 de Dezembro de 2015. Foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado, quando aplicável, pelas reavaliações efectuadas ao abrigo de diplomas legais antes da data de transição.

Os capitais próprios a 31 de Dezembro de 2015 nas contas individuais são diferentes dos das contas consolidadas, em IFRS, (excluindo os interesses não controlados) no montante de:

	<u>2015</u>
Capital próprio SNC	161.590.922
Capital próprio Consolidado Grupo (IFRS)	<u>129.924.316</u>
Diferença	<u>31.666.606</u>

Esta diferença decorre de:

- i) correcção do proveito diferido correspondente à mais-valia em transacção intra-grupo registada em exercícios anteriores (39.087.546 euros);
- ii) amortização do Goodwill efectuada de 01 de Janeiro de 2004 até 31 de Dezembro de 2008 nas contas individuais preparadas de acordo com o POC (7.468.740 euros).

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adoptar pela Ibersol, com impacto significativo no valor contabilístico dos activos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e acções correntes e futuras, os resultados actuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 3.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem directamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. Participações financeiras

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a Ibersol tem o poder de decidir sobre as políticas financeiras ou operacionais, a que normalmente está associado o controlo, directo ou indirecto, de mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados na avaliação do controlo que a subsidiária detém sobre uma entidade.

As associadas são entidades sobre as quais a Empresa tem entre 20% e 50% dos direitos de voto, ou sobre as quais a Empresa tenha influência significativa, mas que não possa exercer o seu controlo.

Investimentos em subsidiárias e associadas são apresentados pelo valor resultante da aplicação do critério da equivalência patrimonial. Segundo este método, as demonstrações financeiras incluem a quota-parte da Empresa no total de ganhos e perdas reconhecidos desde a data em que o controlo ou a influência significativa começa até à data em que efectivamente termina. Ganhos ou perdas não realizados em transacções entre o Grupo e as suas subsidiárias e associadas são eliminados. Os dividendos atribuídos pelas subsidiárias e associadas são considerados reduções do investimento detido.

O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da parcela da Empresa nos activos identificáveis adquiridos é registado como goodwill, o qual, deduzido de perdas acumuladas de imparidade, está considerado no valor inscrito como investimento da Empresa em subsidiárias e Associadas. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária ou associada adquirida, a diferença é reconhecida directamente na demonstração dos resultados.

Os investimentos financeiros em subsidiárias e associadas estão sujeitos a testes de imparidade sempre que haja indícios de imparidade. Uma perda por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados pelo montante do excesso da quantia escriturada do activo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um activo deduzido dos gastos inerentes à sua venda e o seu valor de uso. Para realização de testes de imparidade, cada participação é analisada separadamente.

Quando a quota-parte das perdas de uma subsidiária ou associada excede o investimento na subsidiária ou associada, a empresa reconhece perdas adicionais no futuro, se a empresa tiver incorrido em obrigações ou tenha efectuado pagamentos em benefício da subsidiária ou associada.

As políticas contabilísticas das subsidiárias e associadas são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

As entidades que se qualificam como subsidiárias e associadas encontram-se listadas na nota 26.

A Ibersol, SGPS, S.A. prepara contas consolidadas.

3.2. Activos fixos tangíveis

Os activos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o custo estimado à data de transição para NCRF, e os custos de aquisição para activos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do activo, as despesas directamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do activo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos activos são reconhecidos no custo do activo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

As vidas úteis estimadas para os activos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	Entre 10 e 20 anos
Equipamentos	Entre 4 e 20 anos
Outros activos tangíveis	Entre 5 e 10 anos

O método de depreciação utilizado pela empresa é o método das quotas constantes, de acordo com as regras fiscais vigentes (taxas dentro da banda definida no Decreto Regulamentar nº 25/2009 de 14 de Setembro). A amortização dos activos fixos tangíveis tem início quando as mesmas se encontram disponíveis para uso, sendo o cálculo efectuado por duodécimos.

As vidas úteis dos activos são revistas em cada ano de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos activos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos activos fixos tangíveis, são efectuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do activo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do activo, sendo este último calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do activo no fim da sua vida útil.

Os ganhos ou perdas na alienação dos activos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do activo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

3.3. Imparidade de activos

Os activos com vida útil indefinida não estão sujeitos a amortização, sendo objecto de testes de imparidade anuais. A Ibersol realiza os testes de imparidade no mês de Dezembro de cada ano e sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos activos, a Empresa avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo, e se sim regista a respectiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do activo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os activos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os Activos não financeiros, que não o goodwill, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos activos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.4. Activos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos activos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os activos financeiros podem ser classificados/ mensurados como:

- (a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A Ibersol classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os activos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os activos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os activos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A Ibersol classifica e mensura ao justo valor os activos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo ou custo amortizado, conforme descrito acima. São registados ao justo valor os activos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado activo, contratos derivados e activos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados de exercício, excepto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

A Ibersol avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os activos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objectiva de imparidade, a Ibersol reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

3.5. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

3.6. Capital social

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio, quando realizadas. Os custos directamente atribuíveis à emissão de novas acções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

3.7. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transacção e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efectiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se a Ibersol possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.8. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, excepto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos directamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos activos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do goodwill; ou ii) o reconhecimento inicial de activos e passivos, que não resultem de uma concentração de actividades, e que à data da transacção não afectem o resultado contabilístico ou fiscal. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em filiais, estas não são reconhecidas na medida em que: i) a empresa mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

A estimativa de imposto (IRC) foi apurada ao abrigo do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), tendo o Grupo decidido que o gasto/rendimento a reconhecer nas subsidiárias será reflectido em outros passivos/activos correntes com a empresa-mãe (Nota 14.2).

3.9. Benefícios aos empregados

O bónus de desempenho dos funcionários são registados no ano a que dizem respeito, independentemente da sua aprovação ou pagamento ocorrer no exercício seguinte.

3.10. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Ibersol tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Ibersol divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflecte a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

3.11. Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como activos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.12. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de serviços no decurso normal da actividade da Ibersol. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos e descontos comerciais.

O Rédito da prestação de serviços é reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período do contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de actividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

3.13. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Ibersol são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de activos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes

3.13.1 Provisões

A Ibersol analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação.

A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.13.2 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Ibersol, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Ibersol.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de activos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

3.13.3 Impostos

A empresa reconhece passivos para liquidações adicionais de impostos que possam ser provenientes de revisões efectuadas pelas autoridades fiscais. Quando o resultado final das inspecções fiscais é diferente dos valores inicialmente registados, as diferenças terão impacto no imposto sobre o rendimento e nos impostos diferidos, no período em que tais diferenças são identificadas.

3.14. Riscos relevantes

A actividade da empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco taxa de juro), risco de crédito, risco de liquidez e risco de capital.

A empresa detém um programa de gestão do risco que foca a sua análise nos mercados financeiros procurando minimizar os potenciais efeitos adversos desses riscos na performance financeira da empresa.

A gestão do risco é conduzida pelo departamento financeiro, com base nas políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza coberturas de riscos financeiros em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo. A Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, o risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez.

3.14.1 Risco de mercado

Risco Taxa de Juro

Em virtude da empresa não ter passivo remunerado, não existe risco de taxa de juro.

3.14.2 Risco de crédito

O risco de crédito resulta, no essencial, dos saldos a receber resultantes de empréstimos às subsidiárias. O risco de crédito é avaliado pela Direcção Financeira da empresa, tendo em conta o histórico de relação comercial, a sua situação financeira, bem como outras informações que possam ser obtidas através da rede de negócios da IBERSOL. Os limites de crédito estabelecidos são regularmente analisados e revistos, se necessário. O risco de crédito é reduzido.

3.14.3 Risco de Liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção de um valor suficiente em caixa e depósitos bancários, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a capacidade de liquidar posições de mercado. A gestão das necessidades de tesouraria é feita com base no planeamento anual que é revisto trimestralmente e ajustado diariamente. Relacionada com a dinâmica dos negócios subjacentes, a Tesouraria do Grupo pretende manter a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo as linhas de crédito disponíveis.

3.14.4 Risco de capital

A sociedade procura manter um nível de capitais próprios adequado às características do principal negócio (vendas a dinheiro e crédito de fornecedores) e a assegurar a continuidade e expansão das participadas. O equilíbrio da estrutura de capital é monitorizado com base no rácio de alavancagem financeira (definido como: dívida remunerada líquida / (dívida remunerada líquida+capital próprio)) com o objectivo de o situar abaixo de 35%.

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, a Ibersol não tem rácio de alavancagem financeira, pela inexistência de dívida remunerada.

4 Fluxos de caixa

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o detalhe de caixa e depósitos bancários apresentam os seguintes valores:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Depósitos bancários	39.338	90.877
Caixa e depósitos bancários	<u>39.338</u>	<u>90.877</u>

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 é como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Depósitos bancários		
-Depósitos à ordem	39.338	90.877
-Depósitos a prazo	-	-
-Outros depósitos	-	-
	<u>39.338</u>	<u>90.877</u>
Caixa e equivalentes de caixa (activo)	<u>39.338</u>	<u>90.877</u>
Equivalentes de caixa (passivo)	-35.000	-
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	<u>4.338</u>	<u>90.877</u>

5 Activos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 não se registou qualquer movimento nos activos fixos tangíveis, nem foram efectuadas amortizações, pelo facto de os bens se encontrarem totalmente reintegrados.

	Terrenos e edifícios	Eq. Básico	Eq. Transporte	Eq. Administrativo	Outros activos tangíveis	Total
31 de Dezembro de 2015						
Custo	29.828	3.736	-	215.338	18.289	267.191
Depreciação acumulada	29.828	3.736	-	215.338	18.289	267.191
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

6 Participações financeiras – método equivalência patrimonial

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Goodwill (6.1)	35.509.250	35.661.496
Participações financeiras (6.2)	<u>24.420.531</u>	<u>14.455.538</u>
	<u>59.929.781</u>	<u>50.117.033</u>

6.1 Goodwill

O Goodwill, por segmento geográfico, do grupo Ibersol, reparte-se como segue:

	<u>Goodwill</u>	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Portugal	8.430.220	8.515.799
Espanha	27.845.512	27.845.512
Angola	130.714	130.714
	<u>36.406.446</u>	<u>36.492.025</u>
Perdas por imparidade acumuladas	-897.196	-830.529
	<u>35.509.250</u>	<u>35.661.496</u>

Os movimentos ocorridos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, são como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Saldo inicial	36.492.025	36.406.446
Aumentos (1)	-	85.579
Diminuições (1)	85.579	-
Outras variações	-	-
Saldo final	<u>36.406.446</u>	<u>36.492.025</u>

(1) o aumento do goodwill em 2014 pela aquisição da subsidiária Gravos 2012, S.A., foi reclassificado em 2015 para capital próprio.

Foram efectuados testes de imparidade ao goodwill onde foram usados os seguintes pressupostos:

Taxa de crescimento	
Portugal	3,00% (1% real + 2% inflação)
Espanha	3,00% (1% real + 2% inflação)
Taxa de desconto	
Portugal	6,80%
Espanha	6,00%

Dos testes de imparidade realizados verificou-se imparidade do Goodwill da Maestro no montante de 66.667 euros, sendo a imparidade acumulada no final do exercício de 897.196 (461.242 relativos à Maestro e 435.954 relativos à Restmon).

6.2 Participações financeiras

As participações financeiras da Ibersol encontram-se expressas no balanço pelo método de equivalência patrimonial, conforme segue:

	<u>2015</u>			<u>2014</u>		
	V.Aquisição	Ajustamento MEP	Valor Balanço	V.Aquisição	Ajustamento MEP	Valor Balanço
Subsidiárias						
Ibersol Restauração, S.A.	847.986	17.421.750	18.269.736	847.986	8.324.800	9.172.786
Iberusa-Hotelaria e Restauração, S.A.	158.119	934.122	1.092.241	158.119	947.925	1.106.044
Ibersol Madeira Restauração, S.A.	242.800	2.195.948	2.438.748	242.800	1.769.785	2.012.585
Restmon Portugal, Lda	499.448	-499.448	-	499.448	-499.448	-
Eggon - SGPS, S.A.	645.000	953.129	1.598.129	645.000	911.455	1.556.455
Ibergourmet-Prod.Alimentares, S.A.	57.020	958.385	1.015.405	57.020	546.852	603.872
Ibersol Angola, S.A.	720	5.552	6.272	720	3.076	3.796
	<u>2.451.092</u>	<u>21.969.439</u>	<u>24.420.531</u>	<u>2.451.092</u>	<u>12.004.445</u>	<u>14.455.538</u>

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os movimentos ocorridos na rubrica investimento em subsidiárias apresenta-se como segue:

	Ibersol Rest., S.A.	Ibersol Madeira Rest., S.A.	Iberusa Hotelaria e Rest., S.A.	Asurebi SGPS, S.A.	Eggon - SGPS, S.A.	Restmon Portugal, Lda	Ibergourmet- Prod.Alimen., S.A.	Ibersol Angola, S.A.	Total
01 de Janeiro de 2015	9.172.786	2.012.585	1.106.044	-	1.556.455	-	603.872	3.796	14.455.538
Aquisição/alienação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos/Perdas	10.266.017	608.263	-13.803	-	41.674	-	411.533	2.479	11.316.163
Ajustamentos de justo valor	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros movimentos no capital	-919.070	-	-	-	-	-	-	-	-919.070
Dividendos recebidos	-250.000	-182.100	-	-	-	-	-	-	-432.100
31 de Dezembro de 2015	<u>18.269.732</u>	<u>2.438.748</u>	<u>1.092.241</u>	<u>-</u>	<u>1.598.129</u>	<u>-</u>	<u>1.015.405</u>	<u>6.275</u>	<u>24.420.531</u>

	Ibersol Rest., S.A.	Ibersol Madeira Rest., S.A.	Iberusa Hotelaria e Rest., S.A.	Asurebi SGPS, S.A.	Eggon - SGPS, S.A.	Restmon Portugal, Lda	Ibergourmet-Prod.Alimen., S.A.	Ibersol Angola, S.A.	Total
01 de Janeiro de 2014	8.940.480	1.673.335	1.137.609	116.533.621	1.528.018	-	166.679	1.619	129.981.361
Aquisição	-	152.800 (1)	-	-122.257.316 (2)	-	-	-	-	-122.104.516
Ganhos/Perdas	427.306	546.450	-31.565	6.176.719	28.437	-	437.193	2.177	7.586.717
Ajustamentos de justo valor	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros movimentos no capital	-	-	-	2.096	-	-	-	-	2.096
Dividendos recebidos	-195.000	-360.000	-	-455.120	-	-	-	-	-1.010.120
31 de Dezembro de 2014	9.172.786	2.012.585	1.106.044	-	1.556.455	-	603.872	3.796	14.455.538

- (1) subscrição do aumento de capital da subsidiária;
 (2) alienação, em 31 de Dezembro de 2014, da subsidiária Asurebi à Ibersol Restauração.

Os activos e passivos a 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, e os rendimentos e gastos gerados em 2015 e 2014, conforme reconhecido nas demonstrações financeiras individuais das empresas subsidiárias, são como segue:

	2015						
	Ibersol Rest., S.A.	Ibersol Madeira Rest., S.A.	Iberusa Hotelaria e Rest., S.A.	Eggon SGPS, S.A.	Restmon Portugal, Lda	Ibergourmet-Prod.Alimen., S.A.	Ibersol Angola, S.A.
Capital próprio	84.140.734	1.797.813	67.434.658	25.411.898	-2.203.105	2.520.000	4.669.099
Capital próprio s/ prestações acessórias	14.140.734	1.797.813	-35.565.342	19.796.898	-2.203.105	1.335.000	1.627.050
Resultado líquido	9.460.941	610.245	360.066	546.792	-18.721	414.186	625.273
% participação detida	100,00%	100,00%	5,00%	2,11%	61,00%	100,00%	0,20%
Valor de aquisição	847.986	242.800	158.119	645.000	499.448	57.020	720

	2014						
	Ibersol Rest., S.A.	Ibersol Madeira Rest., S.A.	Iberusa Hotelaria e Rest., S.A.	Eggon SGPS, S.A.	Restmon Portugal, Lda	Ibergourmet-Prod.Alimen., S.A.	Ibersol Angola, S.A.
Capital próprio	5.217.578	1.332.677	67.167.632	24.939.392	-2.184.385	2.105.814	4.783.360
Capital próprio s/ prestações acessórias	5.217.578	1.332.677	-35.832.368	19.324.392	-2.184.385	920.814	1.184.981
Resultado líquido	253.884	517.623	59.721	507.020	-20.097	433.422	729.191
% participação detida	100,00%	100,00%	5,00%	2,11%	61,00%	100,00%	0,20%
Valor de aquisição	847.986	242.800	158.119	645.000	499.448	57.020	720

Para efeitos de aplicação do MEP, a empresa-mãe Ibersol SGPS, considera as demonstrações financeiras das suas subsidiárias conforme consolidado no grupo Ibersol.

6.3 Ajustamentos em activos financeiros

Esta conta reflecte os ajustamentos do método de equivalência patrimonial. Os movimentos ocorridos na rubrica ajustamentos em activos financeiros durante os exercícios de 2014 e 2013 são como segue:

	Ajustamentos em activos financeiros	
	2015	2014
Saldo inicial	36.482.243	58.464.957
Aumentos (1)	7.507.129	2.793.858
Diminuições (2)	1.436.749	24.776.573
Saldo final	42.552.623	36.482.243

- (1) os aumentos em 2015 e 2014 decorrem, essencialmente, da aplicação dos resultados do ano anterior.
 (2) as diminuições em 2015 resultam dos dividendos recebidos no ano no montante de 432.100 eur e da reclassificação de goodwill (85.579 eur). Em 2014 resultam dos dividendos recebidos (1.010.120 eur) e da venda da participação na subsidiária Asurebi SGPS, S.A..

O saldo da rubrica ajustamentos em activos financeiros não é passível de distribuição aos accionistas.

6.4 Provisões

Os movimentos ocorridos na rubrica provisões durante o exercício de 2015 e 2014 são como segue:

	Processos Judiciais		Perdas em subsidiárias		IRC	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Saldo inicial	5.257	5.257	2.546.343	2.533.423	-	-
Aumentos (1) e (2)	-	-	11.009	12.920	289.545	-
Diminuições	-	-	-	-	-	-
Saldo final	5.257	5.257	2.557.352	2.546.343	289.545	-

- (1) na sub-rúbrica perdas em subsidiárias, os aumentos em 2015 e 2014 decorrem do resultado ajustado, do exercício, da subsidiária Restmon.
 (2) Adicionalmente, foi constituída uma provisão no montante de 289.545 eur (Nota 23), referente a benefícios fiscais decorrente do cálculo do IRC do exercício de 2014 em fase de confirmação da respetiva concretização.

7 Participações financeiras – outros métodos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os activos reconhecidos nesta rubrica referem-se a participações de capital, como segue:

	% detida	2015	2014
Change Partners I, SGPS, S.A.	3,08%	264.000	264.000
Total		264.000	264.000

A Change Partners I, SGPS, S.A., tem por actividade a gestão de participações sociais. Esta participação encontra-se valorizada ao custo por não ser possível determinar com fiabilidade o seu justo valor.

8 Estado e outros entes públicos

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os saldos com Estado e outros entes públicos apresentam-se conforme segue:

	2015		2014	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - IRC (1)	-	1.099.991	-	1.124.669
Impostos s/ rendimento - IRS	-	6.519	-	5.867
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	-	126.121	-	129.499
Contribuições p/ segurança social	-	6.993	-	6.436
Outros impostos	-	-	-	-
	-	1.239.624	-	1.266.470

(1) Pela aplicação do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), o accionista Ibersol – SGPS, S.A. irá proceder à liquidação do imposto das suas subsidiárias junto das autoridades fiscais (Nota 14.2).

Para os períodos apresentados o saldo credor de IRC tem a seguinte decomposição:

	2015	2014
Pagamento especial por conta	-101.355	-82.239
Pagamento por conta	-1.652.622	-851.829
Retenções	-	-136
Estimativa de IRC (Nota 23)	24.154	68.527
Estimativa de IRC - Grupo Fiscal (RETGS)	2.829.814	1.990.346
Total	1.099.991	1.124.669

9 Outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a Ibersol tem registado nesta rubrica os seguintes saldos:

	2015		2014	
	Corrente	Total	Corrente	Total
Outros devedores:				
- Alienação de investimentos financeiros	-	-	143.000.000	143.000.000
- Alienação de activos tangíveis	-	-	-	-
- Devedores diversos	13.318	13.318	22.250	22.250
Sub-total	13.318	13.318	143.022.250	143.022.250
Pessoal	2.705	2.705	2.705	2.705
Sub-total	2.705	2.705	2.705	2.705
Devedores por acréscimos:				
- Fees	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
Sub-total	-	-	-	-
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
Outras contas a receber	16.023	16.023	143.024.955	143.024.955

10 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a Ibersol tem registado na rubrica de diferimentos os seguintes saldos:

	2015	2014
Seguros	2.774	2.564
Rendas	3.353	3.353
Comissões de financiamento	6.583	23.396
Outros	-	-
Gastos a reconhecer	12.710	29.313

Os gastos a reconhecer referem-se, essencialmente, a comissões de financiamentos a diferir pelo período dos empréstimos.

	2014	2014
Outros rendimentos (1)	71.819.663	71.819.663
Rendimentos a reconhecer	71.819.663	71.819.663

(1) o valor da rubrica diz respeito a uma mais valia gerada na alienação de uma participação financeira dentro do Grupo, em 1999, e à alienação da participação da subsidiária Asurebi SGPS, S.A. à Ibersol Restauração, S.A., em 2014. Estes valores serão reconhecidos em resultados apenas no momento da sua alienação a uma entidade externa ou aquando da sua liquidação.

11 Capital

Em 31 de Dezembro de 2015, o capital social da Ibersol, encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 20.000.000 acções ao portador com o valor nominal de 1 euro cada.

12 Acções próprias

A empresa não efectuou qualquer transacção com acções próprias nos anos de 2015 e 2014. As acções estão subordinadas ao regime fixado para as acções próprias que determina que os respectivos direitos de voto e patrimoniais estão suspensos enquanto se mantiverem na titularidade do grupo, sem prejuízo de poderem ser objecto de venda.

No final do ano a sociedade detinha 2.000.000 acções próprias adquiridos por 11.179.644 euros. De acordo com a lei, a sociedade deve manter uma reserva indisponível no mesmo montante do valor de aquisição das acções próprias. Esta reserva encontra-se incluída na rubrica Outras reservas.

13 Reservas

As rubricas de reservas registaram os seguintes movimentos durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014:

13.1 Reservas legais

	Reservas legais	
	2015	2014
A 1 de Janeiro	4.000.001	4.000.001
Aumento	-	-
Utilização	-	-
A 31 de Dezembro	4.000.001	4.000.001

A Reserva legal está totalmente constituída nos termos da lei (20% do capital social). Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do Capital Social.

13.2 Outras reservas

	Reservas p/ acções próprias		Outras reservas	
	2015	2014	2015	2014
A 1 de Janeiro	11.179.643	11.179.643	84.281.132	59.623.831
Aumento (1)	-	-	792.391	25.757.300
Utilização (2)	-	-	1.100.000	1.100.000
A 31 de Dezembro	11.179.643	11.179.643	83.973.523	84.281.132

- (1) em 2014 movimento decorrente, essencialmente, da transferência de cerca 23,8 milhões de ajustamentos em activos financeiros para reservas, em resultado da alienação da participação na Asurebi. Em 2015 do aumento das reservas livres na distribuição do resultado do exercício anterior e dos dividendos recebidos;
 (2) montante relativo a dividendos pagos.

O montante de reservas disponíveis ascende a 60.207.070 euros. As reservas legais (4.000.001 euros) e as reservas para acções próprias, respeitantes às acções próprias detidas pelo grupo (11.179.643 euros), estão indisponíveis para distribuição.

14 Empresas do grupo

14.1 Activos não correntes

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os saldos reconhecidos nesta rubrica referem-se a empréstimos concedidos e prestações acessórias às subsidiárias da Ibersol. Os empréstimos com períodos de reembolso superiores a 1 ano vencem juros a uma taxa fixada com base na Euribor 12M + 1,25% e alterada conforme variação da taxa de referência do BCE. As prestações acessórias não são remuneradas, nem têm prazo de reembolso definido.

	2015							TOTAL
	Iberusa	Ibersol Restauração	Asurebi SGPS	Restmon	Eggon	Ibergourmet	Ibersol Angola	
Não corrente								
Empréstimos concedidos								
Subsidiárias	1.707.500	85.515.996		1.276.000				88.499.496
Prestações acessórias								
Subsidiárias	12.000.000	70.000.000			1.875.000	1.185.000	4.783	85.064.783
Empréstimos concedidos e prestações acessórias	13.707.500	155.515.996	0	1.276.000	1.875.000	1.185.000	4.783	173.564.279
Perdas de imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	-	-
Total não corrente	13.707.500	155.515.996	0	1.276.000	1.875.000	1.185.000	4.783	173.564.279
	2014							
	Iberusa	Ibersol Restauração	Asurebi SGPS	Restmon	Eggon	Ibergourmet	Ibersol Angola	TOTAL
Não corrente								
Empréstimos concedidos								
Subsidiárias	2.346.500	9.960.996	2.555.000	1.276.000	-	-	-	16.138.496
Prestações acessórias								
Subsidiárias	12.000.000	-	-	-	1.875.000	1.185.000	4.783	15.064.783
Empréstimos concedidos e prestações acessórias	14.346.500	9.960.996	2.555.000	1.276.000	1.875.000	1.185.000	4.783	31.203.279
Perdas de imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	-	-
Total não corrente	14.346.500	9.960.996	2.555.000	1.276.000	1.875.000	1.185.000	4.783	31.203.279

Os movimentos ocorridos nesta rubrica, apresentam-se como segue:

	2015	2014
Saldo inicial	31.203.278	32.519.706
Aumentos	145.730.000	1.015.572
Diminuições	3.369.000	2.332.000
Saldo final	173.564.278	31.203.278

As prestações acessórias concedidas à Ibersol Restauração no montante de 70 milhões de euros resultam da conversão de suprimentos, conforme acta da Assembleia Geral de 18 de Dezembro 2015.

14.2 Activos e passivos correntes

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, os saldos reconhecidos nesta rubrica decorrem dos juros dos suprimentos e do cálculo do imposto corrente do exercício.

	2015		2014	
	Activo corrente	Passivo corrente	Activo corrente	Passivo corrente
IRC (RETGS)	2.275.063	173.941	2.221.846	159.151
Juros suprimentos	1.723.461	-	1.928.546	-
	3.998.524	173.941	4.150.392	159.151

Pela aplicação do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), o accionista Ibersol – SGPS, S.A. irá proceder à liquidação do imposto das suas subsidiárias junto das autoridades fiscais.

Os saldos apresentam-se como segue (Nota 26):

	2015		2014	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Ibersol Restauração	106.276	-	104.761	-
Iberusa	368.569	-	201.472	-
Asurebi	-	162.192	-	108.431
IBR Imobiliária	153.545	-	163.009	-
Ibersol Hotelaria e Turismo	121.118	-	118.596	-
Eggon	3.843	-	11.639	-
Iber King	743.935	-	1.078.884	-
Ibersol Madeira & Açores	65.441	-	43.489	-
Sugestões & Opções	66.581	-	44.556	-
Anatir	-	1.306	4.962	-
Ibergourmet	123.218	-	143.826	-
Iberaki	20.249	-	6.531	-
Ferro & Ferro	4.462	-	2.875	-
Firmoven	-	10.443	-	37.035
QRM	22.948	-	24.268	-
Resboavista	69.919	-	2.231	-
JSCC	179.966	-	91.655	-
SEC	18.665	-	-	13.685
Ibersande	206.329	-	179.090	-
	<u>2.275.063</u>	<u>173.941</u>	<u>2.221.846</u>	<u>159.151</u>

No que respeita a juros de suprimentos, os saldos da rubrica empresas do Grupo a curto prazo apresentam-se como segue:

	2015	2014
Ibersol Restauração	1.437.875	1.611.436
Iberusa	29.071	37.238
Restmon	256.515	239.927
Asurebi	-	39.945
	<u>1.723.461</u>	<u>1.928.546</u>

15 Financiamentos obtidos

O detalhe dos empréstimos no final do exercício, apresenta-se segue:

	2015			2014		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Descobertos bancários (1)	35.000	-	35.000	-	-	-
	<u>35.000</u>	<u>-</u>	<u>35.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

(1) utilização de conta caucionada.

16 Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o detalhe da rubrica de Outras contas a pagar é como segue:

	2015		2014	
	Corrente	Total	Corrente	Total
Outros credores				
Credores diversos	3.918	3.918	2.371	2.371
Credores por acréscimos				
Férias e subsídio de férias	27.913	27.913	25.466	25.466
Prémios	60.000	60.000	-	-
Juros a liquidar	-	-	-	-
Fee	-	-	-	-
Outros	8.831	8.831	36.011	36.011
Outras contas a pagar	100.662	100.662	63.848	63.848

17 Vendas e serviços prestados

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

	2015	2014
Prestação de serviços - mercado interno	600.000	600.000
Prestação de serviços - mercado externo	-	-
Sub-total	600.000	600.000
Vendas e prestações de serviços	600.000	600.000

18 Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

	2015	2014
Trabalhos especializados	106.941	89.403
Outros	2.485	3.895
Fornecimentos e serviços externos	109.426	93.297

19 Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante o exercício de 2015 e de 2014, foram como segue:

	2015	2014
Remunerações		
Orgãos sociais	29.888	28.692
Pessoal	249.663	207.913
	279.551	236.605
Encargos sociais		
Prémios de desempenho	-	-
Encargos sobre remunerações	44.174	35.649
Outros	5.618	5.418
Sub-total	49.792	41.067
Gastos com pessoal	329.343	277.672

O número médio de empregados em 2015 foi de 3 (2014:3)

20 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos pode ser apresentada como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Outros rendimentos e ganhos:		
Diferenças de cambio favoráveis	-	572
Outros	16.484	-
	<u>16.484</u>	<u>572</u>

21 Outros gastos e perdas

O detalhe da rubrica de Outros custos operacionais é apresentado no quadro seguinte:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Outros gastos e perdas:		
Impostos	9.405	11.334
Serviços bancários	49.082	62.523
Outros	-	-
	<u>58.487</u>	<u>73.857</u>

22 Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros dos exercícios de 2015 e 2014 é como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Gastos financeiros		
Juros de empréstimos bancários	44	8.293
Comissões de papel comercial	149.385	97.436
Comissões (outros)	22.242	-
Outros	20.739	6.567
	<u>192.410</u>	<u>112.297</u>
Rendimentos financeiros		
Juros de depósitos bancários	-	645
Juros de suprimentos	180.534	235.609
	<u>180.534</u>	<u>236.254</u>

23 Imposto do exercício

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido nas demonstrações financeiras, é conforme segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Imposto s/ rendimento corrente	24.154	68.527
Insuficiência/(excesso) de estimativa de imposto	-289.545	52.168
Provisão	289.545	-
Efeito imposto - RETGS (Nota 8)	560.386	-91.282
Outros efeitos	178.571	-
Imposto s/ rendimento diferido	-	-
Imposto sobre rendimento	<u>763.110</u>	<u>29.413</u>

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<u>Imposto corrente do exercício</u>		
Taxa base	22.544	64.332
Tributação autónoma	-	-
Derrama	1.610	4.196
	<u>24.154</u>	<u>68.527</u>

A reconciliação do montante de imposto do exercício é conforme segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Resultado antes de impostos	<u>11.345.839</u>	<u>7.786.833</u>
Imposto calculado à taxa de imposto aplicável em Portugal (22,5%/24,5%)	2.552.814	1.907.774
Custos não dedutíveis	-	-
Rendimentos não tributáveis	-	-
Efeito aplicação do MEP	-2.528.660	-1.839.247
Tributação autónoma	-	-
Gastos de imposto sobre o rendimento	<u>24.154</u>	<u>68.527</u>
Imposto s/ rendimento corrente	24.154	68.527
Imposto s/ rendimento diferido	-	-
Imposto s/ rendimento	<u>24.154</u>	<u>68.527</u>
Taxa efectiva de imposto	0,21%	0,88%

A taxa de imposto adoptada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras, é conforme segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Taxa de imposto	21,00%	23,00%
Derrama	1,50%	1,50%
	<u>22,50%</u>	<u>24,50%</u>

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Ibersol estão sujeitas a revisão e podem ser corrigidas por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos nos termos gerais, pelo que as declarações de 2012 a 2015 estão ainda em aberto.

A Administração da Ibersol entende que as correcções, resultantes de revisões ou inspecções por parte das autoridades fiscais, daquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras apresentadas a 31 de Dezembro de 2015.

24 Contingências

Fiança à Ibersol Restauração, S.A. pelas obrigações que esta sociedade assumiu no arrendamento de uma loja comercial, de 231m², no valor de 28.342 euros.

Em Julho de 2013, foi efectuado um crédito documentário com *stand-by letter* no montante de 8.225.000 euros para garantia do empréstimo e responsabilidades associadas ao banco Santander Central Hispano - Madrid à participação do Grupo Lurca.

25 Remunerações atribuídas aos órgãos sociais

As remunerações atribuídas aos órgãos sociais apresentam-se como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
SROC	41.583	47.917
Conselho Fiscal	26.358	26.358
Assembleia Geral	2.335	2.335
Conselho Administração (1)	<u>6.000</u>	<u>6.000</u>
	<u>76.276</u>	<u>82.610</u>

(1) respeita à remuneração do administrador não executivo.

Remuneração e Benefícios atribuídos a administradores:

A sociedade accionista ATPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. prestou serviços de administração e gestão ao grupo, tendo recebido da participada Ibersol Restauração, S.A., por tais serviços, a quantia de 800.000 euros no ano de 2015 (756.034 em 2014). Entre as obrigações da ATPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. ao abrigo do contrato com a Ibersol, Restauração, S.A. inclui-se a de assegurar que os administradores da sociedade, António Carlos Vaz Pinto de Sousa e António Alberto Guerra Leal Teixeira, exerçam os seus cargos sem que a mesma sociedade tenha de incorrer em qualquer encargo adicional.

26 Partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2015, a Ibersol é controlada pela ATPS – SGPS, S.A. que detém uma participação directa de 54,91%.

26.1 Transacções entre partes relacionadas

(a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Accionistas:

ATPS – SGPS, S.A.

Subsidiárias da Ibersol, SGPS:

Ibersande Restauração, S.A.
Iberusa – Hotelaria e Restauração, S.A.
Ibersol Madeira e Açores Restauração, S.A.
Ibersol Restauração, S.A.
Iberking Restauração, S.A.
Iberaki Restauração, S.A.
Restmon Portugal, Lda.
Ibersol – Hotelaria e Turismo, S.A.
Vidisco, S.L.
Inverpeninsular, S.L.
Ibergourmet Produtos Alimentares, S.A.
Ferro & Ferro, Lda.
Asurebi SGPS, S.A.
Charlotte Develops, S.L.
Firmoven Restauração, S.A.
I.B.R. - Sociedade Imobiliária, S.A.
Eggon SGPS, S.A.
Anatir SGPS, S.A.
Lurca, S.A.
Q.R.M. – Projectos Turísticos, S.A.
Sugestões e Opções – Actividades Turísticas, S.A.
Resboavista – Restauração Internacional, Lda.

José Silva Carvalho Catering, S.A.
 Iberusa Central de Compras para Restauração, ACE
 Vidisco e Pasta Caffè, Union Temporal de Empresas
 Maestro – Serviços de Gestão Hoteleira, S.A.
 SEC – Eventos e Catering, S.A.
 Ibersol – Angola, S.A.
 HCI – Imobiliária, S.A.
 Gravos 2012, S.A.

Entidades conjuntamente controladas da Ibersol, SGPS:

UQ Consult, S.A.

(b) Transacções e saldos pendentes com as partes relacionadas:

i) Accionistas:

A sociedade não efectuou transacções com accionistas, durante o exercício de 2015.

ii) Subsidiárias:

Durante o exercício, a Ibersol efectuou as seguintes transacções com aquelas entidades:

Vendas de produtos e serviços

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Vendas de produtos e serviços		
Ibersol Restauração	600.000	600.000
	<u>600.000</u>	<u>600.000</u>

Rendimentos Financeiros

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Rendimentos Financeiros		
Asurebi	-	39.945
Ibersol Restauração	134.875	140.436
Iberusa	29.071	37.238
Restmon	16.588	17.990
	<u>180.534</u>	<u>235.609</u>

Compras de produtos e serviços

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Compra de produtos e serviços		
Ibersol Restauração	10.707	10.005
	<u>10.707</u>	<u>10.005</u>

Saldos devedores e credores

No final do exercício, os saldos resultantes de transacções efectuadas com partes relacionadas são como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Saldos devedores		
Anatir	-	4.962
Asurebi	-	39.945
Eggon	3.843	11.639
Ferro	4.462	2.875
Iber King	743.935	1.078.884
Iberaki	20.249	6.531
Ibergourmet	123.218	143.826
Ibersande	206.329	179.090
Ibersol Madeira e Açores	65.441	43.489
Ibersol Restauração	1.544.151	144.724.373
Iberusa	397.640	238.710
IBR	153.545	163.009
IHT	121.118	118.596
José Silva Carvalho	179.966	91.655
QRM	22.948	24.268
Resboavista	69.919	2.231
Restmon	256.515	239.927
SEC	18.665	-
Sugestões	66.581	44.556
	<u>3.998.524</u>	<u>147.158.568</u>
Empréstimos		
Subsidiárias (Nota 14)	88.499.496	16.138.496
	<u>88.499.496</u>	<u>16.138.496</u>
	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Saldos credores		
Anatir	1.306	-
Asurebi	162.192	108.431
Firmoven	10.443	37.035
Ibersol Restauração	4.666	-
SEC	-	13.685
	<u>178.607</u>	<u>159.151</u>

27 Resultado por acção

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, o resultado básico e diluído por acção foi calculado como segue:

	<u>Dez-15</u>	<u>Dez-14</u>
Lucro atribuível aos detentores do capital	10.582.729	7.757.420
Número médio ponderado das acções ordinárias emitidas	20.000.000	20.000.000
Número médio ponderado de acções próprias	-2.000.000	-2.000.000
	<u>18.000.000</u>	<u>18.000.000</u>
Resultado básico por acção (€ por acção)	0,59	0,43
Número acções próprias no final do período	<u>2.000.000</u>	<u>2.000.000</u>

28 Eventos subsequentes

Até à data de aprovação deste relatório não ocorreram factos significativos que mereçam destaque, para além de se haver negociado a extensão do contrato de franquia da Pans até 2021 e se ter concluído com a Ascendi o acordo de compensação dos efeitos resultantes da introdução de portagens nas ex-SCUTS que se traduzirá numa contrapartida financeira anual ligada à evolução do tráfego.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Alberto Guerra Leal Teixeira

António Carlos Vaz Pinto de Sousa

Juan Carlos Vázquez-Dodero

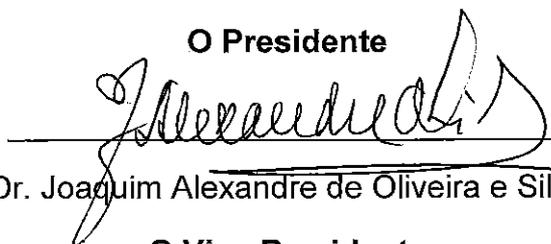
DECLARAÇÃO

Nos termos previstos na al. c) do nº1 do art.º 245º do Código dos Valores Mobiliários, o Conselho Fiscal informa, tanto quanto é do conhecimento dos seus membros e perante os elementos a que tivemos acesso, que a informação constante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da IBERSOL-SGPS, SA, do ano de 2015, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da IBERSOL-SGPS, SA, e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam. -----

Porto, 06 de Abril de 2016

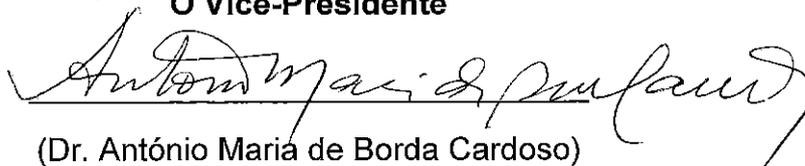
O Conselho Fiscal

O Presidente



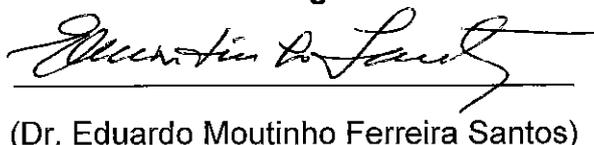
(Dr. Joaquim Alexandre de Oliveira e Silva)

O Vice-Presidente



(Dr. António Maria de Borda Cardoso)

O Vogal



(Dr. Eduardo Moutinho Ferreira Santos)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos Senhores Accionistas da IBERSOL - SGPS, SA: -----

Nos termos das normas legais e estatutárias aplicáveis e do mandato que lhe foi conferido, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre a sua acção fiscalizadora desenvolvida no exercício social de 2015, bem como sobre o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da sociedade, apresentadas pelo Conselho de Administração e relativas ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2015. -----

1. Relatório da Actividade Fiscalizadora:

O Conselho Fiscal, no exercício das suas competências e nos termos do respectivo mandato, acompanhou a actividade desenvolvida pela sociedade e pelas suas participadas recebendo para o efeito informação do Conselho de Administração e do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo. -----

Ao longo do exercício o Conselho Fiscal realizou as suas reuniões trimestrais com a presença de todos os seus membros, onde foram analisadas as matérias sujeitas às suas atribuições e competências, e nelas estiveram presentes: o Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, **Pricewaterhouse Coopers & Associados-SROC**, o qual propôs ao Conselho Fiscal, na primeira reunião anual, e deste obteve a anuência, o plano da sua actividade fiscalizadora, incluindo a destinada a: verificar a eficácia do sistema de gestão de risco, do controlo interno e da auditoria interna; a qualidade do processo de preparação e divulgação da informação financeira e respectivas políticas contabilísticas; bem como os critérios valorimétricos, a regularidade dos livros e registos contabilísticos e respectivos documentos de suporte e, ainda, a verificação de bens e valores pertencentes à sociedade. Ao longo do exercício, o Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo prestou ao Conselho Fiscal informações detalhadas sobre as acções desenvolvidas e as conclusões apuradas. ----

O Conselho Fiscal reuniu trimestralmente com o Conselho de Administração, de cujos membros recebeu informações sobre a evolução da actividade social e demais



IBERSOL, S.G.P.S., S.A.

esclarecimentos destinados à apreciação do conteúdo da informação financeira elaborada por aquele Orgão de Administração, em momento anterior à sua divulgação. -----

O Conselho Fiscal não registou constrangimentos no exercício da sua actividade e não recebeu participação de ocorrências ou a denúncia de quaisquer irregularidades por parte de accionistas, de colaboradores da sociedade, do Auditor Externo ou de outros. -----

O Conselho Fiscal exerceu as suas competências em matéria de supervisão da actividade e independência do Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas, sendo de parecer que foram observadas as práticas recomendadas; e pronunciou-se favoravelmente pela prestação, pelo Auditor Externo, de serviços adicionais aos de auditoria, na medida em que considerou estar salvaguardada a sua independência, ser a respectiva contrapartida remuneratória enquadrada nas condições do mercado e, para além disso, ser do interesse da sociedade beneficiar dos conhecimentos e da pontualidade assegurada na prestação daqueles serviços. O valor dos serviços adicionais aos de auditoria não ultrapassou trinta por cento do valor global dos serviços prestados. -----

Não foram reportadas ao Conselho Fiscal, por inexistentes, quaisquer transacções entre a sociedade e accionistas ou partes relacionadas, na acepção da Recomendação da CMVM IV.1.2, que devessem ser submetidas ao seu parecer prévio por atingirem o nível de relevância estabelecido por esta entidade. -----

O Conselho Fiscal apreciou o Relatório de Gestão, individual e consolidado, e as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, e respectivos anexos, incluindo o Relatório de Governo da Sociedade, relativos ao exercício de 2015, apresentados pelo Conselho de Administração, bem como as Certificações Legais de Contas e Relatórios de Auditoria apresentados pela **Pricewaterhouse Coopers & Associados, SROC**. -----

O Conselho Fiscal apreciou o Relatório do Governo da Sociedade integrado no Relatório de Gestão, em cumprimento do disposto no nº 5 do Art.º 420º do Código das Sociedades Comerciais, recaindo a sua análise na inclusão, naquele Relatório de Governo, dos elementos referidos no Art.º 254º-A do Código dos Valores Mobiliários. -----

IBERSOL, S.G.P.S., S.A.

SEDE SOCIAL

Ed. Península, Praça do Bom Sucesso, nº 105/159 9º 4150 - 146 PORTOTIF: 351-22-608 9 700 Fax: 351-22-608 97 57

Capital Social 20 000 000 Euro C.R.C. Porto (Matricula No. 501 669 477) Pessoa Colectiva no. 501 669 477 Sociedade Aberta

2. Parecer:

Face à análise realizada, é parecer do Conselho Fiscal que se encontram reunidas as condições para que a Assembleia-Geral aprove: -----

- a) Os Relatórios de Gestão e as Demonstrações Financeiras, individuais e consolidados, relativas ao exercício social de 2015, com os respectivos anexos, nomeadamente o Relatório de Governo da Sociedade, anexo ao Relatório de Gestão e Contas consolidadas; e, -----
- b) A proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.-----

Porto, 06 de Abril de 2016

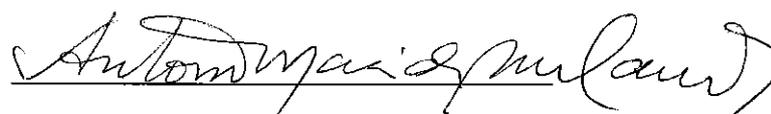
O Conselho Fiscal

O Presidente



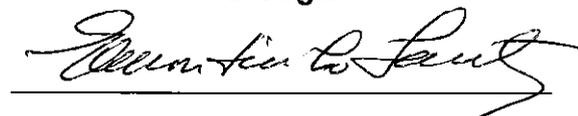
(Dr. Joaquim Alexandre de Oliveira e Silva)

O Vice-Presidente



(Dr. António Maria de Borda Cardoso)

O Vogal



(Dr. Eduardo Moutinho Ferreira Santos)

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Individual

Introdução

1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas da Ibersol S.G.P.S., S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015, (que evidencia um total de 237.824.652 euros e um total de capital próprio de 161.590.922 euros, incluindo um resultado líquido de 10.582.729 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa (i) a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no seu Capital Próprio e os fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua atividade, posição financeira ou resultados.

3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (v) a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
o'Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artº 451º do Código das Sociedades Comerciais.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Ibersol S.G.P.S., S.A. em 31 de dezembro de 2015 o resultado das suas operações, as alterações no Capital Próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e o Relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

6 de abril de 2016

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

Hermínio António Paulos Afonso, R.O.C.